

4

Relação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel com a agricultura familiar

Nos capítulos anteriores, fez-se um apanhado do processo de formação espacial no qual a política está inserida e seus reflexos no espaço. Neste capítulo, busca-se perceber como a produção de biodiesel vem interferindo na realidade da produção do agricultor familiar.

Como a política do biodiesel surge inovando no discurso, e além da busca de um combustível renovável aborda a inserção do agricultor familiar enquanto fornecedor de matéria-prima para as indústrias de transformação em óleo buscou-se analisar de que forma esta inserção vem se dando e as consequências para a agricultura familiar envolvida.

Em trabalho de campo desenvolvido em setembro de 2009, foi realizada uma visita a ADM, uma multinacional com filial na Alemanha, na Índia e nos EUA, que no Brasil possui a maior produção de biodiesel do estado de Mato Grosso e também o Selo Combustível Social.

Como já mencionado, a usina possuindo o Selo Social deve comprar uma porcentagem de sua matéria-prima do agricultor familiar, além de complementar com assistência.

Observou-se que, no primeiro ano, a compra da matéria-prima era proveniente do agricultor familiar do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, já que no sul do país este é mais consolidado do que em Mato Grosso. Segundo informaram em entrevista, o estado não conseguiria oferecer matéria prima suficiente da agricultura familiar, já que não produz a quantidade necessária.

Por causa do decreto que impôs aos produtores industriais a compra da matéria-prima no estado onde possuem suas usinas, no ano de 2009 e conseguintes a ADM teve que procurar um fornecedor no estado onde está localizada.

Assim, investiu em pesquisa para encontrar um bom custo-benefício e acabou comprando amendoim no norte de Mato Grosso, amendoim este que não é utilizado na produção de biodiesel e sim para exportação in natura.

A responsável pela compra foi uma empresa terceirizada do Paraná. Esse fato demonstra que a usina não entrou com ajuda para desenvolver a agricultura

familiar, como prevê o Selo Social, e mesmo assim ganhou incentivos, como redução de ICMS para sua construção e garantia da venda nos leilões da ANP.

A Biocamp, localizada em Campo Verde, Mato Grosso, também foi enfoque de análise no mesmo período, com entrevista inclusive com alguns assentados que mantinham parceria com a empresa.

Mais uma vez ficou claro que o interesse, por parte da usina de transformação, era apenas o de retirar a renda da terra deste agricultor familiar e não o de dar a possibilidade dele se autossustentar. A empresa acabou pagando aos assentados para usar suas terras, entrou com mão-de-obra, máquinas e sementes próprias, uma espécie de aluguel destas propriedades do agricultor familiar.

A constatação de que o objetivo de incentivar a produção da agricultura familiar na realidade de Mato Grosso, uma localidade com grande força do agronegócio, acabava sendo burlado e o agricultor encontrava-se totalmente dependente da ação externa levou ao questionamento de se, em outros parâmetros, em outras localidades brasileiras, esta relação seria diferente.

Escolheu-se, assim, uma realidade bem diferente, onde a agricultura familiar predomina e o interesse do agronegócio ainda é restrito, por mais que venha expandindo: o Sertão nordestino.

Já que o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel busca uma produção e uso de combustível, o biodiesel, de forma sustentável com enfoque na inclusão social, e por ser a mamona uma grande promessa no incentivo da agricultura familiar no Nordeste e por ser a Petrobras a empresa que mais tem investido nesta agricultura, focou-se na relação entre estes agricultores familiares e a Petrobras.

Assim, cabe um questionamento sobre o que é a agricultura familiar, delineando as perspectivas de desenvolvimento inauguradas para esta agricultura através da proposta do PNPB, mostrando-a como parte de um processo antigo, de modificações da realidade produtiva e técnica do agricultor familiar, intensificada desde o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Aprofundando-se a caracterização sobre o que é a agricultura familiar na região Nordeste, como vem ocorrendo sua inserção através da produção de

mamona e o papel da Petrobras, caminha-se para uma discussão das consequências, para o agricultor familiar, da transformação de sua realidade em uma agroindustrial, como prevê o Selo Combustível Social via PRONAF, avançando o capital no campo e conseqüentemente a dependência do agricultor em relação às multinacionais para reprodução de seus cultivos. Percebe-se, assim, o porquê das contradições presentes na política de biodiesel quando posta em prática.

4.1

A produção agrícola familiar no contexto do biodiesel

Segundo artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que guia e embasa o que se entende de agricultura familiar através do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais (sendo o módulo fiscal uma unidade de medida fixada diferentemente para cada município de acordo com a lei nº 6.746/79, que leva em conta o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar);

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

Dando continuidade à caracterização, a agricultura familiar pode ser definida, segundo Guanzioli e Cardim (2000), a partir de três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;

b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;

c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Neste mesmo sentido, Wanderley (1996) afirma que a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, o fato de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

De acordo com o último censo agropecuário divulgado pelo MDA (2006), a agricultura familiar brasileira responde por 4.367.902 dos estabelecimentos, ocupa aproximadamente 24% de toda a área rural brasileira, emprega 12,3 milhões de pessoas, produz em sua maioria alimentos com opção, atualmente, de produzir insumos para “energia”.

Já a agricultura não-familiar responde por 807.587 destes estabelecimentos, ocupa 75,7% da área rural total e emprega somente 4,2 milhões e, em sua maioria, produz produtos para exportação. Entretanto, esta última detém R\$ 89 bilhões do Valor Bruto da Produção (VBP), enquanto a agricultura familiar responde por R\$ 54 bilhões desse valor. Esses dados podem ser mais bem visualizados através da Tabela a seguir.

Tabela 4: Números da agricultura brasileira

	Total de Estabelecimentos (%)	Área total (%)	VBP (%)	Pessoal Ocupado (%)
Agricultura familiar	84,4	24,3	38	74,4
Agricultura não familiar	15,6	75,7	62	25,6

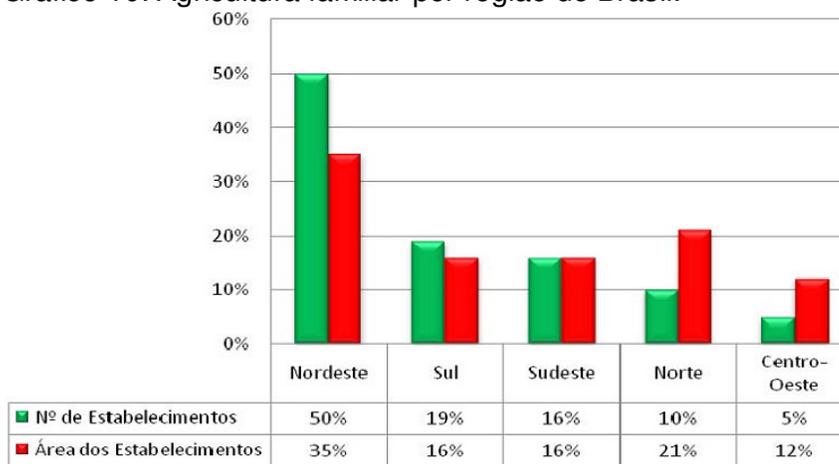
Fonte: Oliveira e Abreu, 2010, p. 4

Assim, Oliveira e Abreu (2010) concluem que a agricultura familiar gera aproximadamente três vezes mais empregos em uma área, aproximadamente, três vezes menor que a agricultura não-familiar.

Tal fato comprova que a agricultura familiar, por ter menos mecanização, consegue gerar mais empregos no campo que o modelo agrícola para exportação. Ao gerar mais empregos no campo, a agricultura familiar contribui para diminuir o êxodo rural e para geração de renda, além de ser responsável pela diversificação da produção frente à monocultura.

De acordo com o censo agropecuário divulgado pelo MDA (2006), a região Nordeste concentra a maior parte do número de estabelecimentos da agricultura familiar e apresenta o menor coeficiente de área por estabelecimentos. Já a região Centro-Oeste, mesmo tendo o menor número de estabelecimentos (5%), apresenta o maior coeficiente de área por estabelecimento, comparativamente com as demais regiões. Isso representa que as maiores propriedades rurais encontram-se, teoricamente, nesta região, como observado no gráfico abaixo.

Gráfico 10: Agricultura familiar por região do Brasil.



Fonte: Oliveira e Abreu, 2010, p. 4

Esses dados deixam clara a concentração da agricultura familiar no Nordeste, e de um nível menor no Centro-Oeste, foco do agronegócio, talvez por este fator o Selo Social exija as menores porcentagens de compra da matéria-prima do agricultor familiar das regiões Norte e Centro-Oeste, com 15% a partir da safra 2010/2011; esse percentual é de 30% para as aquisições provenientes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e o Semi-Árido.

Apesar de o local ser a materialização de um processo maior, econômico, as diferenças são de grande importância, já que os interesses externos ao local buscam localidades que convenham e concretizem seus objetivos, modificando a

própria realidade local numa relação contínua na qual os próprios interesses no local podem modificar-se se as necessidades mudam.

O número de agricultores familiares, sua relação de produção, somado ao interesse das empresas em determinadas regiões, se refletem no resultado do número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB. A tabela 5 demonstra sua participação em diferentes regiões, do início do funcionamento do programa até 2010, como reflexo das necessidades de matéria-prima por parte das usinas de transformação que possuem o Selo Combustível Social.

Tabela 5: Evolução do número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB por Região, de 2005 a 2010.

UF/Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	16.328	40.595	36.746	27.858	51.047	100.371
SUL		8.736	27.928	8.767	29.150	52.187
NORDESTE	15.000	30.226	6.850	17.187	17.711	41.253
CENTRO OESTE		1.441	1.690	1.662	2.550	3.388
SUDESTE	914	7	55	27	1.457	3.297
NORTE	414	185	223	215	179	246

Fonte: <http://www.mda.gov.br/portalsaf/arquivos/view/nsmail.pdf> acesso em 24/05/2012.

Esta nova demanda vem transformando significativamente a realidade produtiva de algumas agriculturas familiares. No sul, a Granol, uma das 14 maiores indústrias, é responsável pelo grande número de agricultores participantes do PNPB através do Selo Combustível Social. Além disso, a facilidade encontrada na região, onde historicamente os agricultores familiares têm um nível técnico e organizativo maior, facilita o investimento das usinas, sendo a proximidade da matéria-prima e as facilidades para obtê-la um motivador, incentivando a localização de algumas usinas na região.

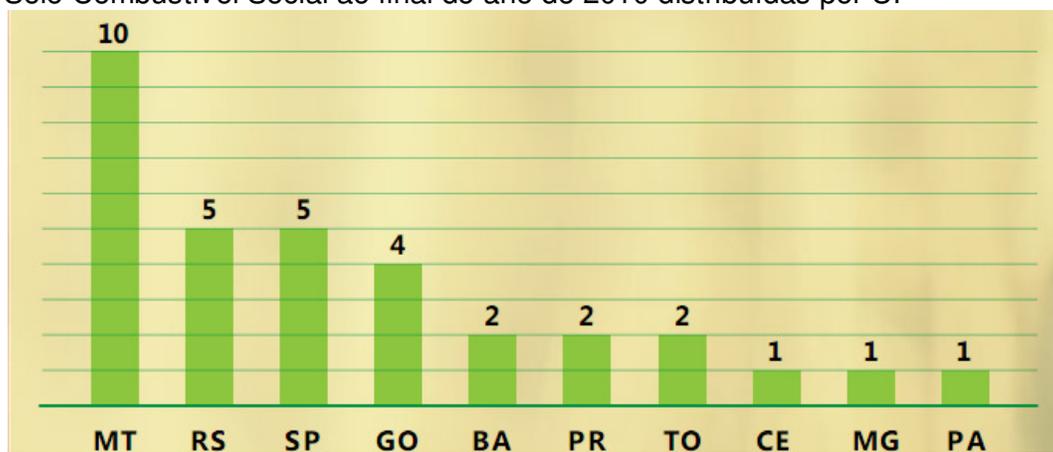
O modelo hierarquizado da Revolução Verde deixou imensuráveis problemas. Um exemplo são algumas políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltadas para a agricultura familiar (AF), as quais possuem um caráter homogêneo, desconsiderando as variadas categorias de agricultores familiares. É o cenário de Cachoeira do Sul, onde um grande número de agricultores familiares está mudando seus sistemas produtivos, desestruturando suas unidades de produção diversificadas para plantar soja. Fato que vem

ocorrendo com a instalação de uma empresa beneficiadora de biodiesel no município, a qual vem de certa forma estimulando a produção de soja na agricultura familiar, com a fundamental contribuição do programa Pronaf-Biodiesel, do MDA.... O fato de a Granol pagar mais do que o preço de mercado, pela saca de soja, é possivelmente um fator determinante para o aumento da produção da leguminosa e conseqüentemente, a diminuição das áreas plantadas de alimentos. (VARGAS e HILLING, 2010, p. 1)

No caso do Nordeste, basicamente a Petrobras e a Brasil Ecodiesel são responsáveis pela inclusão do agricultor familiar. A última, segundo Torres (2012), foi responsável por essa inclusão até passar por dificuldades para se manter no mercado do biodiesel, por isso a diminuição do número de estabelecimentos participantes em 2007 e, logo depois, o aumento que reflete a entrada da Petrobras com a construção de três usinas, como observado na tabela 5.

No caso do Centro-Oeste, o número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB através do Selo Social é menor, mesmo com a grande concentração de usinas em Mato Grosso e Goiás. Como observado no gráfico abaixo, esta região possui propriedades agrícolas mais extensas, assim o número de famílias atingidas pelo PNPB no Sul e Nordeste é maior, por mais que a extensão e quantidade de matéria prima produzida sejam menores.

Gráfico 11: Número de unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo Combustível Social ao final do ano de 2010 distribuídas por UF

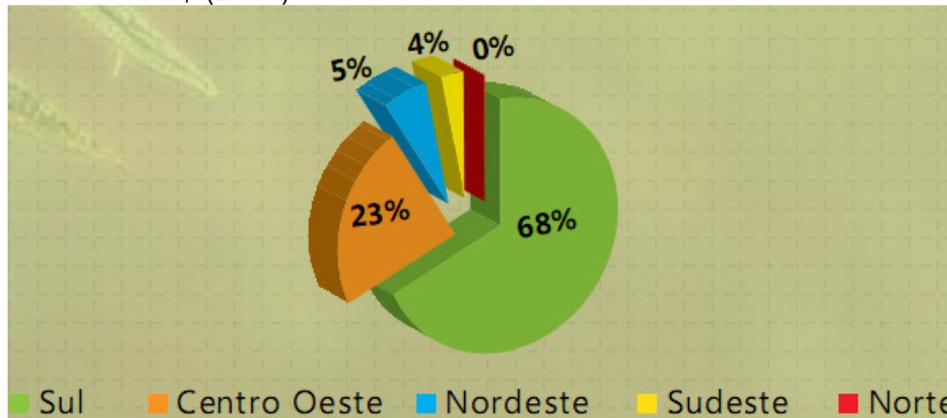


Fonte: <http://www.mda.gov.br/portalsaf/arquivos/view/nsmail.pdf> acesso em 24/05/2012.

Por isso, quando se observa a participação regional no total de aquisições da agricultura familiar em reais em 2010, a região Centro-Oeste já tem uma participação muito mais significativa, enquanto o Nordeste, por mais que tenha

um número grande de estabelecimentos participantes, alcança somente 5% das aquisições em reais, como se observa no gráfico 12.

Gráfico 12: Participação regional no total de aquisições da agricultura familiar em R\$ (2010)



Fonte: <http://www.mda.gov.br/portalsaf/arquivos/view/nsmail.pdf> acesso em 24/05/2012.

No entanto, mesmo com investimento maciço da Petrobras e o aumento do número de estabelecimentos da agricultura familiar que produzem mamona, a soja vem sobressaindo como matéria-prima também na agricultura familiar, com pouco mais de 92% das aquisições totais em 2008, pouco mais de 94% em 2009 e 2010, vide tabela abaixo. Isso, ao analisar o gráfico acima, já poderia ser foco de suspeita, já que 91% dos ganhos em reais com a venda da matéria-prima estão concentrados na região Sul, onde se encontra a Granol e há um grande crescimento de plantações de soja, e na região Centro-Oeste, foco do agronegócio da soja.

Tabela 6: Aquisições da agricultura familiar no PNPB, em milhões de R\$, por matéria prima, de 2008 a 2010

Matéria prima	2008	2009	2010
TOTAL	R\$ 276,54	R\$ 677,34	R\$ 1.058,70
Soja	R\$ 256,06	R\$ 640,76	R\$ 995,86
Mamona	R\$ 5,14	R\$ 26,79	R\$ 46,36
Óleo de Soja	R\$ 10,20	R\$ 4,39	R\$ 5,37
Gergelim	R\$ 0,00	R\$ 0,18	R\$ 4,17
Dendê	R\$ 2,45	R\$ 2,50	R\$ 3,35
Girassol	R\$ 1,95	R\$ 1,12	R\$ 1,18
Canola	R\$ 0,62	R\$ 0,35	R\$ 1,17
Amendoim	R\$ 0,11	R\$ 1,22	R\$ 1,05
Outras	R\$ 0,02	R\$ 0,19	

Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/nsmail.pdf> acesso em 24/05/2012.

Assim, como observado no Sul com as propriedades da agricultura familiar que passam a produzir soja ao invés da diversidade do sistema produtivo que tinham antes, Peixinho e Scopel (2011) abordam a expansão desta cultura também na realidade da agricultura familiar em Goiás, alterando a organização da produção dos assentados, que na sua maioria produziam leite e alimentos como principal atividade e, agora, produzem soja, demonstrando a sua expansão na realidade produtiva do agricultor familiar. Esse processo também pôde ser observado em trabalho de campo realizado em 2009 em Mato Grosso, onde muitas das propriedades dos agricultores familiares eram arrendadas para plantação de soja e, mesmo assim, as usinas produtoras de biodiesel conseguiram o Selo Social.

Segundo Marques (2008), a diversidade existente em cada formação territorial resulta de processos históricos complexos, a partir dos quais cada grupo local determina sua própria maneira de se relacionar com a terra e a natureza, conformando tradições distintas, o que, por sua vez, está intimamente vinculado às relações estabelecidas entre o grupo e as várias formas de capital e seus respectivos mercados, organizados em escalas diferenciadas. Nesse processo, o Estado representa um papel chave como mediador dessas relações.

Segundo o autor supracitado, a pequena produção agrícola familiar, por ser uma unidade de produção mercantil simples, tem menor capacidade de investimento e mudança estrutural de sua base produtiva, e tem funcionado como uma unidade de produção doméstica dependente de recursos de origem externa, ou seja, do Estado, via sistemas de crédito.

No entanto, estes sistemas de créditos não atingem igualmente esta diversidade da agricultura familiar. No caso do crédito via PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) assim como no do investimento através do Selo Combustível Social (que por sinal está associado ao primeiro) o interesse se dirige aos agricultores que possuem estruturas produtivas mais condizentes com o tipo de produção voltada ao mercado. Ou seja, uma propriedade mais produtiva, mais organizada para atender à quantidade e ao tempo necessário de produção, mais passível de se adequar às necessidades externas à sua própria realidade.

Assim, percebe-se por parte de quem desenvolve as políticas públicas, de quem oferece crédito, como também dos responsáveis pelas usinas de biodiesel, a falta de interesse nos agricultores familiares que tem condições financeiras piores. Há interesse nos que podem pagar os financiamentos, que podem investir no sistema produtivo através da compra de tudo o que for necessário para produzir dentro dos parâmetros de exigência do mercado mundial.

As exigências locais, as necessidades locais, pouco são consultadas e muitas vezes acabam sofrendo danos, já que este agricultor é muitas vezes responsável por suprir o mercado interno de alimentos.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, quando através do Selo Combustível Social busca a inserção da agricultura familiar, está diante desta diversidade de agricultores e agricultura numa complexidade de realidades, e esta inserção se dá através de uma relação contraditória de lógicas distintas, entre usinas de transformação diversas, que buscam obviamente aumentar seus lucros, e agricultores diversos.

Segundo Magalhães e Abramovay (2008), o Selo Social seria uma intervenção estatal de natureza muito diferente da que marca as políticas de crédito (PRONAF) ou as de transferência de renda (bolsa-família), através das quais o Estado aloca recursos diretamente para certo público. Este recurso viria

através de terceiros, das usinas de transformação que, para obterem o Selo, devem comprar uma percentagem da matéria prima destes agricultores familiares e auxiliar com o desenvolvimento técnico.

Assim, mais do que um caso de integração contratual típico, trata-se de uma nova forma de inserção dos agricultores familiares na cadeia produtiva, mediada pelas organizações representativas da agricultura familiar. Segundo Carvalho et all (2010) o estabelecimento de contratos diretos entre os agricultores (ou suas cooperativas) e a empresa, com preços, prazos e condições de comercialização pré-definidos, também demonstra ser positivo, na medida em que reduz o espaço de ação da figura do “atravessador”, típico agente de comercialização da produção da agricultura familiar nas localidades onde o mercado de oleaginosas já se encontrava consolidado (o caso da Região de Irecê, na Bahia).

O modelo de inclusão social do PNPB tem se apresentado como um modelo de parceria entre agricultores familiares e indústria mediada pelas organizações representativas, inserindo estes agricultores em uma cadeia agroindustrial exigente em escala, tecnologia e eficiência produtiva.

Segundo Aracri (2011) Riechmann (2003) nos lembra que à medida que a agricultura se industrializa, cada unidade de produção deixa de ser independente ou autossuficiente e se converte em uma peça de cada vez menor margem de decisão nos negócios controlados pelo segmento agroindustrial. Além disso, a inserção no mercado contemporâneo depende do credenciamento de produtos e processos de produção determinados.

Incentiva-se, segundo o autor, a expansão de outra fronteira, a das inovações técnicas, já que a reprodução deste modelo baseado numa agricultura científica globalizada depende do prolongamento de certos padrões de “eficiência” e “produtividade” às unidades de produção familiar, entendidas como aquelas que se distinguem da empresa capitalista típica porque realizam e/ou organizam sua produção por meio da força de trabalho familiar e porque não visam (pelo menos não prioritariamente) à reprodução do capital.

Além do desenvolvimento de uma fronteira de produção orientada para o atendimento de uma demanda não alimentar, esse processo se converte também numa fronteira das inovações agrícolas. Assim, segundo o autor, a agricultura

familiar em Mato Grosso, o que pode ser observado em outras realidades, vem cumprindo a função de fronteira para o capital, dada as necessidades de reprodução e autoexpansão deste, como mercado fornecedor complementar de matéria-prima para a agroindústria, e como mercado consumidor potencial da indústria para agricultura.

Segundo Filho (2011), com a multiplicação das políticas direcionadas para a viabilização da produção e do consumo globalizado, o território abriu-se às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos. A intensificação do capitalismo no campo constitui um dos processos em curso, dissociando cada vez mais a propriedade da terra e/ou meios de produção do pleno controle da produtividade agrícola, e como consequência se amplia a hegemonia do capital monopolista nas áreas rurais.

Assim, pode-se observar que a matéria-prima utilizada é basicamente a soja, por possuir um mercado já estruturado e por ter o farelo como subproduto. As outras matérias-primas, como a mamona, estão em fase de experimento.

No entanto, as usinas não têm interesse em investir em pesquisas junto aos agricultores familiares. Como visto, as usinas possuidoras do Selo deveriam garantir assistência e capacitação técnica, o que não ocorre: a maior parte delas compra a produção ou arrenda a terra e, pela falta de fiscalização, adquirem o Selo e seus privilégios.

Segundo Instrução Normativa de 2009 do MDA, passa a ser permitido às empresas produtoras de biodiesel incluir nestes percentuais de “gastos com a agricultura familiar” não apenas a aquisição de matéria prima, mas também os recursos destinados a outros serviços previstos pelo Selo Combustível Social, aprofundando mais ainda a dificuldade do agricultor familiar.

nas regras antigas, para que os requisitos do Selo Social fossem cumpridos, se a empresa gastava 100mil com matéria prima no Nordeste, 50 mil iam para a agricultura familiar. Hoje, ela gasta 5mil com assistência técnica, 3 mil com insumos, 3 mil com correção de solo, 2mil com sementes, e apenas 17 mil são destinados aos produtores, explica Lucena (GOMES et al, 2009, p. 44 apud TORRES, 2012, p. 63).

Deste modo, as empresas que produzem biodiesel são beneficiadas porque se apropriam da renda da terra, acabam monopolizando o território e fazem uso da mão-de-obra dos agricultores sem encargos trabalhistas e da terra sem se

preocupar com os danos causados à localidade, tornando seus negócios mais flexíveis.

Por outro lado, segundo Bernardes (2011), não resta dúvida que o programa vem tendo sucesso na tentativa de construção de uma imagem para projetar o país no mundo como produtor de energia limpa, o que gera benefícios globais, assim como publicidade para o Estado e para as empresas provenientes da construção de positividade com relação à questão social e ambiental.

4.2

A agricultura familiar do Nordeste no contexto do PNPB: a relação da Petrobras com os agricultores familiares em Irecê – Bahia

O PNPB apresentava a busca pela redução tanto das desigualdades inter-regionais, entre o Nordeste e as regiões mais ricas do país, como Sudeste, Sul e Centro-Oeste, como das intrarregionais, existentes entre os pólos mais desenvolvidos do Nordeste (regiões de grande produção agrícola, de agricultura irrigada e centros industriais e urbanos) e o Semi-Árido. A Petrobras vem sendo a principal empresa a investir no Semi-Árido e tem sido considerada a principal na inserção do agricultor familiar através do Selo Social, por isso segue uma análise desta realidade com foco na Bahia.

A “Agricultura familiar no caso do Nordeste engloba ainda uma parte significativa da população, aproximadamente três milhões de famílias, ou seja, cerca de 40% das unidades agrícolas de todo o Brasil (FAO, 1996).” (Sabourin e Caron, 2003, p43).

A mamona no Nordeste representa quase 94% da produção nacional e, destes, mais de 75% estão concentrados na Bahia. Já a soja no Nordeste representa quase 8% da produção nacional. Mesmo tendo uma produção pequena de soja comparada ao nível nacional, esta é, na região, 148 vezes maior que a produção da mamona, em hectares. Destes 8% de representatividade da produção de soja, mais da metade está concentrada na Bahia, mostrando a expressividade deste estado na região Nordeste (tabela 7), tanto em relação à mamona como em relação à soja.

Tabela 7: Área plantada em hectares de 2006 a 2010

Local	Cultura	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	Soja (grão)	22.082.666	20.571.393	21.252.721	21.761.782	23.339.094
	Mamona (baga)	160.332	166.501	163.663	165.928	157.187
Nordeste	Soja	1.488.313	1.455.734	1.580.796	1.638.637	1.857.118
	Mamona	146.425	154.938	153.008	156.347	146.499
Bahia	Soja	872.600	851.000	905.018	950.920	1.017.250
	Mamona	116.393	122.845	120.329	120.514	109.996

Elaboração da autora fonte: www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric acesso em 07/04/2012

A relação da Petrobras na Bahia se dá, sobretudo, no Semi-Árido baiano, localidade que concentra quase 70% da produção nacional de mamona, mas especificamente na sub-região de Irecê, de onde, segundo a empresa, provém a maior parte da aquisição de matéria-prima referente à agricultura familiar.

A Petrobras tem sido ressaltada como uma das principais empresas responsáveis pelo funcionamento do Selo Combustível Social. Segundo dados da revista eletrônica biodieselbr, a Petrobras tem cumprido importante papel para o funcionamento do Selo Combustível Social “Embora as três usinas da estatal representem menos de 7% de toda a capacidade produtiva do Brasil, a Petrobras é responsável por 73% da inclusão social”.

Na região Nordeste, o MDA (2011) ratifica que a evolução das aquisições da agricultura familiar tem sido impulsionada, essencialmente pela ação da PBio, registrando aumento de mais de 400% de 2008 para 2009, e de quase 80% de 2009 para 2010, chegando a quase R\$ 47 milhões. Tomando o universo da agricultura familiar como um todo, a PBio respondia em 2010 por mais da metade dos agricultores familiares inseridos no CAI do biodiesel, levando-se em conta todas as suas usinas e não somente as localizadas no Nordeste. (TORRES, 2012, p. 118)

De fato, como já abordado e reafirmado pelos gráficos 13 e 14 abaixo, um percentual do lucro obtido no mercado do biodiesel é revertido para o agricultor familiar, principalmente através da compra de matéria-prima, assim como há aumento na quantidade de agricultores familiares participantes do programa.

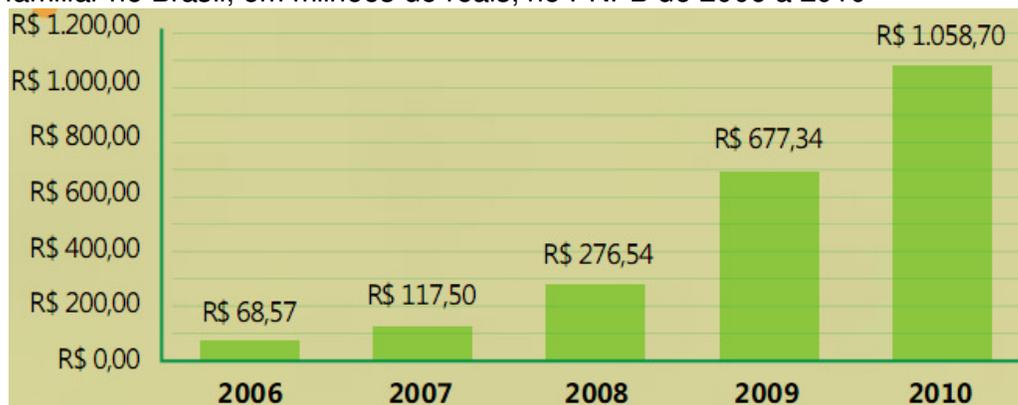
Por mais que em 2007 e 2008 tenha havido uma diminuição no número de famílias participantes (gráfico 14), a aquisição de matéria prima em reais teve um

aumento (gráfico 13). Isso leva a crer que a diminuição na participação do número de estabelecimentos se deve à empresa Brasil Ecodiesel ter tido dificuldade e, na época, ser a responsável pela inclusão no Nordeste.

Como os estabelecimentos no Nordeste têm, em geral, uma área menor que em outras regiões, o número de estabelecimentos para aquisição de uma quantidade grande de matéria-prima necessita ser maior, por isso a aquisição de matéria-prima continuou crescendo mesmo com menos estabelecimentos participando, já que continuou sendo comprada em regiões onde os estabelecimentos têm uma extensão maior ou são organizados em cooperativas (como Sul e Centro-Oeste), garantido uma produção por estabelecimento maior e, portanto, a relação da empresa com um número menor de estabelecimentos.

Em seguida, com a entrada da Petrobras no mercado do biodiesel, em 2008, a inclusão de agricultores familiares no Nordeste voltou a crescer e, conseqüentemente, o número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel através do Selo Combustível Social.

Gráfico 13: Evolução das aquisições de matéria prima da agricultura familiar no Brasil, em milhões de reais, no PNPB de 2006 a 2010



Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/nsmail.pdf> acesso em 24/05/2012.

Gráfico14: Evolução do número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB no Brasil de 2005 a 2010



Fonte: <http://www.mda.gov.br/portalsaf/arquivos/view/nsmail.pdf> acesso em 24/05/2012.

Assim, segundo Suárez (2008), a Petrobras, tendo como objetivo estratégico liderar a produção nacional de biodiesel, coloca em funcionamento, em 2008, três usinas de produção de biodiesel no Nordeste e região Semi-Árida, em Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG), com capacidade média de processamento de 57 milhões de litros de biodiesel cada, a partir da soja, mamona, pinhão manso e algodão.

Segundo o autor, a empresa daria prioridade na compra de matérias-primas aos agricultores familiares, sendo estimadas para estes três projetos 70.000 famílias, estabelecendo como critério, entre outros, a organização dos agricultores em cooperativas e o incentivo às organizações dos agricultores a instalarem suas próprias esmagadoras, e incentivando o plantio de oleaginosas consorciadas com a produção de alimentos, evitando o monocultivo.

Segundo o diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer (2007), o biodiesel é uma das principais apostas da empresa. O investimento no biodiesel faz parte da estratégia da Petrobrás de mudar seu perfil de uma empresa petrolífera em uma empresa integrada de energia e liderar o mercado latino-americano de petróleo, gás natural, derivados, e biocombustíveis. Segundo o MDA, a Petrobrás tem um papel central na estruturação da cadeia de biodiesel, primeiro, por ser praticamente a única compradora atual do biodiesel comercializado por meio de leilões, segundo, por instalar milhares de postos de biodiesel no país e, terceiro, por ter-se tornado também uma produtora (WILKINSON e HERRERA, 2007, p. 44).

A Petrobras, seguindo uma tendência mundial, vem tentando ampliar sua atuação no mercado de combustível, inclusive investindo na verticalização com

usinas de esmagamento. É inegável sua importância na inclusão do agricultor familiar nos parâmetros do PNPB, mesmo que a matéria-prima comprada, a mamona, seja revendida e não utilizada para produção do biodiesel.

Torres (2012), se referindo à entrevista realizada na Petrobras, ressalta que em relação à matéria prima, todos os entrevistados afirmam que quase 100% era soja e ainda alegaram que a usina, até aquele momento, nunca tinha utilizado óleo de mamona, fato que foi reafirmado em informação cedida pela ADM em 2009, quando disse vender óleo de soja para as usinas da Petrobras.

os pequenos produtores fornecem essencialmente mamona, a qual é revendida para a indústria ricinoquímica. Entretanto, afirmaram que esse procedimento representou um ganho enorme para o pequeno produtor, pois eliminou vários atravessadores para ficar com apenas a PBio nessa função. Para se ter uma idéia, antes da implantação da parceria da PBio com esses produtores, a saca da mamona era vendida aos atravessadores a R\$27,00. Hoje o pequeno produtor recebe acima de R\$51,00 e, muitas vezes chega a R\$ 70,00 por saca... pois ocorreu estabilização dos preços (TORRES, 2012, p. 123)

Segundo dados do MDA, nesse sentido cabe destacar a significativa evolução das aquisições de mamona, em sua maioria no Nordeste e Semi-Árido, que passaram de R\$ 5,1 milhões em 2008 (1,8% do total) para R\$ 26,7 milhões em 2009 (3,8% do total) e para R\$ 46,3 em 2010 (4,4% do total).

Segundo cartilha do MDA, o PNPB também gerou benefícios para a produção de mamona da agricultura familiar do ponto de vista da organização de sua cadeia produtiva. A cadeia produtiva desta oleaginosa, cultivada há anos por agricultores familiares no Nordeste e Semi-Árido, por muitos anos foi caracterizada pela desorganização dos agricultores, pela incerteza da venda do produto, pelo oportunismo dos compradores e pelo baixo índice de tecnificação.

Com o Selo Combustível Social, os agricultores passaram a ter maior segurança nos contratos realizados com a indústria, preços mínimos garantidos pelo Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) e assistência e capacitação técnica assegurada.

Além disso, um número cada vez maior de agricultores familiares está consolidando a integração da mamona no arranjo produtivo das suas propriedades. Eles demonstram claramente as vantagens que este cultivo representa no ambiente Semi-Árido, tanto para a diversificação da geração de renda como também para a

segurança elevada da produção de feijão e milho, cultivados em consórcio com a mamona.

Porém, por outro lado, o biodiesel acaba reafirmando a produção de mamona em uma região, como Irecê, onde já se tinha um histórico de produção desta matéria-prima voltada, sobretudo, às indústrias de ricinoquímica. Percebe-se assim que a política acaba tendo um público restrito da agricultura familiar, um público minoritário e “eleito” dentro de parâmetros.

A mamoeira é uma espécie de oleaginosa cuja produção se dá em quase todas as zonas tropicais e subtropicais do mundo, independentemente da qualidade do solo. No Brasil, tanto pode ser encontrada em diversas regiões, em estado asselvajado, como em cultivo sob a forma de trabalho familiar, consorciada com o cultivo de feijão e de milho, sem uso de mecanização e insumos modernos, ou ainda em escala comercial, por meio do uso intensivo de máquinas e insumos, em especial fertilizantes químicos e inseticidas (ABOISSA apud BELTRÃO e LIMA, 2007, p. 398).

É neste último caso que a agricultura familiar que busca se colocar no mercado do biodiesel se insere. Além disso, pensar no avanço da monocultura da mamona dentro desta realidade, a da agricultura familiar, coloca o questionamento quanto à produção de alimento, já que a maior parte da produção de alimentos para o mercado interno é produzido por agricultores familiares.

A integração do Nordeste semi-árido na economia de mercado é um fenômeno irreversível, que implica uma profunda mutação das estruturas de produção, já amplamente iniciada. A tendência geral encorajada pelas políticas agrárias está no reforço das empresas rurais capitalistas, nascidas da transformação direta dos latifúndios ou das unidades familiares que apresentam maiores taxas de uso de capital e de insumos.

Mas a integração não é uniforme. A agricultura familiar existe apenas nos espaços deixados livres pelo modelo dominante por razões ecológicas, econômicas, sociais e políticas.

O modelo modernizador não se aplica a todos os tipos de ecossistema. Ficam excluídas dele as zonas de alto risco climático e as zonas de transição, cujo relevo acidentado impede a mecanização. A eficácia do modelo da empresa rural e a sua rentabilidade econômica não parecem garantias para o conjunto das produções ou das zonas. A produção alimentícia é sempre negligenciada. A obrigação de vender a preços baixos, para assegurar uma alimentação barata às populações urbanas, penaliza os produtores. Os preços do mercado internacional levam as empresas rurais a escolher o setor de exportação: de preferência à soja ao feijão. Os pequenos produtores, que possuem terras com menos de 100ha, produzem 70% do feijão e 90% da mandioca do Nordeste (FAO, 1996 apud SABOURIN e CARON, 2003, p. 58).

Acentua-se, assim uma perspectiva voltada para minoria e que exclui ainda mais os agricultores familiares em condições financeiras mais desfavoráveis. Estes em geral não têm poder para interferir na definição dos preços de seus produtos e, assim, participar de maneira mais vantajosa na distribuição da riqueza social, e a modificação dessa situação só tem sido possível com mobilização e organização política em defesa de seus interesses.

Destarte, ficou clara a contradição entre o discurso de “inclusão social” e os dados de participação da agricultura familiar, de modo que estes confirmam que a pequena produção está no processo apenas como fornecedora de matéria prima e subordinada numa relação de monopolização do território pelo capital monopolista (OLIVEIRA, 1997 apud TORRES, 2012, p. 127)

O acesso a um nível técnico desenvolvido pela agricultura familiar é pequeno, e há dificuldade de inserção desta no mercado competitivo, no qual o grande produtor é favorecido. A pequena produção depende, na maior parte das vezes, da “boa vontade” das políticas desenvolvidas pelos governos, e no entanto, como visto, os interesses do capital exercem tamanha influência que estas políticas acabam tendo dificuldade de êxito.

Assim, o Selo Social, que deveria funcionar como uma possibilidade para o pequeno agricultor, dando a base para que possa autogerir suas terras e conseguir tirar a renda da terra para seu sustento, acaba mais uma vez favorecendo o grande produtor com seus incentivos e tornando este agricultor cada vez mais dependente das exigências do mercado mundial e voltado para lógicas externas à sua realidade, o que, devido às necessidades imediatas de aumento de renda, pode desfavorecer uma produção menos dependente e o mercado de alimentos.

Isso demonstra que políticas públicas voltadas para o agricultor familiar devem, no mínimo, ter uma visão mais ampla das necessidades locais sem priorizar o mercado internacional e suas exigências, o que aumenta as monoculturas voltadas ao mercado internacional em áreas que historicamente estiveram ligadas ao abastecimento do mercado interno, as agriculturas familiares.

Além disso, a renda usufruída com a venda da matéria-prima pode acabar sendo algo momentâneo e não muito lucrativo, já que a usina pode ter problemas, como ocorreu com a Brasil Ecodiesel, e neste caso o agricultor familiar, tendo

menor capacidade financeira de modificação da sua realidade, terá graves problemas.

Segundo Oliveira (2011), o PNPB busca converter os camponeses brasileiros em produtores especializados em agrocombustíveis e transformar a Petrobras na maior empresa mundial de agrocombustíveis. Assim, para Bernardes (2011), a subordinação da agricultura familiar à indústria de biodiesel através do Selo Combustível Social vem servindo para dar legitimidade ao programa e escamoteando as negativas.

Oliveira (2011) demonstra que esta produção pode intensificar uma crise de alimentos que o mundo já vem sofrendo, com aumento dos preços e redução do estoque decorrentes do aumento do preço do petróleo com aumento do consumo de alimentos. Se somarmos a estes fatos a transformação de áreas de produção de alimentos em áreas especializadas em agrocombustíveis, a crise de alimentos, com aumento de seu preço, pode ser intensificada.

No caso da mamona em Irecê, que já tinha um mercado razoavelmente estruturado voltado ao ramo de ricinoquímica, o perigo está no avanço para localidades que produzem alimentos. Com a tendência de aumento da mistura de óleo ao diesel e um mercado de combustível que tende a aumentar devido ao aumento do uso de transportes, deve-se refletir sobre a quantidade de matéria que será necessária.

Segundo Oliveira (2011), a partir do momento, como ocorre com o etanol e o açúcar, em que existir demanda mundial, o setor passará a exportar o biodiesel. Isto quer dizer que haverá redução da oferta no mercado interno, com conseqüente desabastecimento. Isso pode deslocar produtores de alimentos voltados para o mercado interno para produção de agrocombustíveis voltados para o mundo.

Segundo Silveira (2001), por mais que as empresas produtoras de biodiesel ainda não exportem, 11 delas já são autorizadas a exportar o combustível, o que demonstra que no momento em que for mais vantajoso fazê-lo elas priorizarão a exportação.

Percebe-se que há disponibilidade de expansão da produção atual via expansão da fronteira agrícola. Mesmo assim, existe um déficit na produção de óleo de mamona, o que tem obrigado o país a importar o produto (FAO, 2005). Segundo Beltrão e Lima (2007), no cenário atual, a produção de biodiesel a partir

dessa matéria-prima dependerá, portanto, da ampliação da área plantada para suprir nova demanda. Essas são palavras de integrantes da EMBRAPA, órgão de pesquisa do Estado, o que demonstra o foco do interesse: o mercado.

A criação da PBio se insere não só no contexto da reformulação da Petrobras como uma empresa integrada de energia, mas também a partir da criação de uma atuação de acordo com preceitos da “responsabilidade social ambiental”. Santos (2006), ao realizar um estudo sobre o discurso da responsabilidade social na Petrobras, afirma que este conceito passa a nortear as atividades das empresas a partir da década de 1970, mas ganha força na década de 1990, o que coincide com a trajetória de consolidação da noção de desenvolvimento sustentável ...passando de um discurso com ênfase no progresso durante os anos 1970 para outro baseado no respeito à vida e, conseqüentemente, ao ambiente nos anos 1990....Deste modo, concordamos com Oliveira (2006, p165) quando afirma que o “caracter ideológico do desenvolvimento sustentável é resultado de uma conjuntura geopolítica global cuja maior necessidade é a adequação do capitalismo industrialista à possível ordem de escassez da natureza enquanto combustível. (TORRES, 2012, p. 114)

Cabe refletir até quando a Petrobras vai bancar os altos custos desta inclusão, já que, segundo Silveira (2011), a Petrobras Biocombustível (PBio) teve um prejuízo de R\$110 milhões em 2010, o que pode estar no modelo de inserção da agricultura familiar. Segundo o autor, Miguel Rosetto, presidente da empresa, admitiu em 2009 que o Selo Combustível Social, da forma que está estruturado, não dá retorno.

Segundo autor, a estratégia das empresas tem sido cumprir o mínimo necessário, e às vezes menos que o mínimo, para manter o Selo e as vendas nos leilões da ANP.

Elias et al (2011) acreditam que esta política coloca em risco vários tipos de soberania: a alimentar, a tecnológica, a energética e a própria soberania nacional, se é que já a tivemos algum dia.